

ciência, mito”, publicado no volume *As pulsões e seus destinos* (nesta coleção). (N.E.)

- 7 Vale aqui lembrar as reiteradas menções do psicanalista e tradutor Luiz Hanns acerca da equivocada tradução de *Versagung* por “frustração”. Enquanto “frustração” comumente nos leva à compreensão de uma decepção a ser tolerada, Freud geralmente usa o termo *Versagung* para falar de um processo que é impedido, interrompido. Cf. HANNIS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (N.R.)
- 8 A expressão “*das Bessere ist ein Feind des Guten*”, “O melhor é inimigo do bom”, serve para denotar aquilo que é prejudicado por uma tentativa de melhora, de incremento. (N.R.)
- 9 Médico especializado em Medicina Interna, policlínico. (N.E.)
- 10 Trata-se de uma das ideias mais antigas e mais centrais de Freud que, desde 1895, insiste na impossibilidade de fuga de estímulos oriundos do interior do corpo, fundamento do conceito de pulsão. (N.E.)
- 11 Nova referência ao *Fausto* de Goethe (parte 1, cena 4). (N.R.)
- 12 Conferir, neste volume, o artigo consagrado ao tema da construção: “Construções na análise”. (N.E.)
- 13 “[...] *dem gar manch Geheimnis wurde kund*”, ou seja, uma forma de paráfrase da passagem do *Faust* de Goethe: “*Nicht manch Geheimnis würde kund*” [Não ficou a par de certos segredos] (*Fausto*, parte 1, cena 1). (N.R.)
- 14 Nesse caso, preferimos traduzir *Drang* por “ânsia” e não por “pressão”, como fizemos em *As pulsões e seus destinos* [*Triebe und Triebchicksale*]. Naquele caso, tratava-se de definir um dos quatro termos ou componentes da pulsão. Não custa insistir na polissemia do termo. (N.R.)
- 15 Expressão latina que equivale a “após o bom feito” ou “após ter cumprido sua tarefa”. (N.R.)
- 16 “Bate-se numa criança” [“*Ein Kind wird geschlagen*”]. [Nesta coleção, incluído no volume intitulado *Neurose, psicose, perversão*.] (N.E.)

CONSTRUÇÕES NA ANÁLISE (1937)¹

Um pesquisador de grande mérito, a quem tenho em grande conta por ter feito justiça à Psicanálise em uma época em que a maioria dos outros se afastavam dessa responsabilidade, fez certa vez, contudo, um comentário tanto ofensivo quanto injusto sobre a nossa técnica analítica. Dizia ele que quando apresentamos ao paciente as nossas interpretações, estaríamos agindo contra ele, segundo o famoso princípio: *Heads I win, Tails you lose*.² Isso significa que se ele concorda conosco, estamos com razão; mas se ele nos contraria, então seria apenas um sinal de sua resistência e, portanto, também mostraria que temos razão. Dessa forma, sempre teremos razão diante de uma pobre pessoa desamparada que analisamos, não importando como ela possa se comportar diante das nossas confrontações. Como é verdade que um “não” de nosso paciente em geral não nos move a abdicarmos de nossa interpretação considerando-a equivocada, tal exposição de nossa técnica foi muito bem-vinda para os adversários da análise. Por isso, vale a pena apresentar em detalhes como costumamos avaliar o “sim” e o “não” do paciente – a expressão de sua concordância e de sua oposição – durante

o tratamento analítico. Evidentemente, durante essa justificativa, nenhum analista no exercício de sua atividade ouvirá algo que já não saiba.

Como se sabe, o objetivo do trabalho analítico é fazer com que o paciente volte a suspender [*aufhebe*] os recalques – entendidos aqui no sentido amplo – de seu primeiro desenvolvimento, para substituí-los por reações que corresponderiam a um estado de maturidade psíquica. Para esse fim, ele precisa voltar a recordar determinadas vivências e moções de afeto por elas desencadeadas, que atualmente estão sob o esquecimento. Sabemos que seus sintomas e suas inibições atuais são as consequências de tais recalques, ou seja, são substitutos do esquecido. Que materiais ele nos oferece para que, utilizando-nos deles, possamos levá-lo ao caminho da recuperação das lembranças perdidas? São vários: fragmentos dessas lembranças em seus sonhos, em si de um valor incomparável, mas em geral fortemente deformados por todos os fatores que participam da formação do sonho; ocorrências que ele produz quando se entrega à “associação livre”, a partir das quais podemos descobrir alusões às vivências recalçadas e derivados das moções de afeto reprimidas, assim como as reações contra elas; por fim, alusões de repetições de afetos pertencentes ao recalco em ações importantes ou triviais do paciente tanto dentro quanto fora da situação analítica. A experiência nos mostra que a relação de transferência que se estabelece com o analista é especialmente adequada para favorecer o retorno de tais conexões de afeto. A partir dessa matéria-prima, como a chamamos, é que deveremos produzir o que queremos.

O que queremos é uma imagem dos anos de vida esquecidos do paciente, imagem que seja confiável e consistente em todas as partes essenciais. Aqui, porém, somos

lembrados de que o trabalho analítico é composto de duas partes bastante diversas, que ele transcorre em dois palcos diferentes, que acontece em duas pessoas, e a cada uma delas é atribuída uma tarefa diferente. Por um momento, perguntamo-nos por que não se chamou a atenção para esse fato fundamental há muito mais tempo, mas logo nos dizemos que nada nos foi omitido, que se trata de um fato de conhecimento geral, digamos que óbvio, que é destacado só aqui com uma intenção específica e que será devidamente tratado. Todos nós sabemos que o analisando deverá ser levado a se recordar de algo que ele vivenciou e recalcou, e as condições dinâmicas desse processo são tão interessantes que, diante disso, a outra parte do trabalho, que é o empenho do analista, passa a ficar em segundo plano. De tudo o que é essencial aqui, o analista não vivenciou nem recalcou nada; não pode ser a sua tarefa lembrar algo. O que, então, é a sua tarefa? Ele terá de inferir o esquecido a partir dos sinais por ele deixados, ou, mais corretamente, ele terá de *construir* o esquecido. Como, quando e com que explicações ele comunica as suas construções ao analisando é o que estabelecerá a ligação entre as duas partes do trabalho analítico, entre a sua parte e a do analisando.

O seu trabalho de construção, ou, se preferirmos, de reconstrução, mostra uma ampla coincidência com o do arqueólogo, que escava uma moradia destruída e soterrada ou uma construção do passado. Na verdade, o trabalho aí é idêntico, apenas o analista trabalha sob condições melhores, dispõe de mais material de apoio, porque ainda se ocupa com algo vivo, e não com um objeto destruído, e talvez ainda por outro motivo. Mas assim como o arqueólogo constrói as paredes de um prédio a partir dos resquícios de parede ainda existentes, determina a

quantidade e a posição de colunas a partir de depressões no solo, reconstitui os antigos ornamentos e pinturas de parede a partir de restos encontrados nos escombros, o analista procede da mesma forma quando tira as suas conclusões a partir de fragmentos de lembranças, associações e declarações ativas do analisando. Ambos permanecem tendo o direito indiscutível de reconstrução através de complementação e junção dos restos conservados. Também algumas dificuldades e fontes de erros são as mesmas. Uma das tarefas mais delicadas da Arqueologia, como se sabe, é a determinação da idade relativa de um achado, e quando um objeto aparece em uma determinada camada, muitas vezes cabe decidir se ele faz parte dessa camada ou se chegou até aquele local mais profundo por uma perturbação posterior. É fácil inferir o que corresponde a essa dúvida nas construções analíticas.

Dissemos que o analista trabalha sob condições melhores que a do arqueólogo, porque também dispõe de material para o qual não há correspondente nas escavações, por exemplo, as repetições de reações oriundas de tempos primevos e tudo o que é revelado em termos de repetições através da transferência. Mas, além disso, devemos considerar que o escavador lida com objetos destruídos, dos quais partes grandes e importantes certamente se perderam, devido à violência mecânica, ao fogo ou a saques. Por maior que seja o esforço, não se consegue encontrar essas partes para compô-las com os restos preservados. Dependemos única e exclusivamente da reconstrução, que, por isso, muitas vezes não consegue ir além de um certo grau de probabilidade. A situação é diferente com o objeto psíquico, cuja história prévia o analista quer levantar. Aqui, geralmente acontece o que só em felizes casos excepcionais aconteceu em Pompeia ou com a tumba de Tutancâmon. Todo o essencial ficou

preservado, mesmo aquilo que parece totalmente esquecido ainda está presente de alguma forma em algum lugar, estando apenas soterrado, tornado inacessível ao indivíduo. Como se sabe, duvidamos que qualquer formação psíquica realmente seja suscetível à destruição total. É apenas uma questão da técnica analítica saber se vamos conseguir trazer totalmente à tona o que está oculto. A essa extraordinária vantagem do trabalho analítico se contrapõem apenas dois outros fatos, a saber: o objeto psíquico é incomparavelmente mais complicado que o objeto material do escavador e o nosso conhecimento não está suficientemente preparado para aquilo que devemos encontrar, uma vez que a sua estrutura íntima ainda abriga muitos mistérios. E aqui a nossa comparação entre os dois trabalhos já chega ao fim, pois a principal diferença entre ambos reside no fato de que, para a Arqueologia, a reconstrução é o objetivo e o fim dos seus esforços, e para a análise, a construção constitui apenas um trabalho preliminar.

II

Mas não é um trabalho preliminar no sentido de que primeiro terá de ser terminado, antes de se começar o próximo, mais ou menos como a construção de uma casa, em que todas as paredes precisam ser erguidas e todas as janelas colocadas antes de nos ocuparmos com a decoração interior dos cômodos. Todo analista sabe que no tratamento analítico isso é diferente, que ambos os tipos de trabalho caminham paralelamente, sempre um deles um tanto na dianteira, vindo o outro em sua sequência. O analista produz um pedaço de construção, comunica-o ao paciente, para que faça efeito sobre ele; depois, ele constrói mais um pedaço a partir do novo material que chega como

um afluente e trabalha do mesmo jeito, e nessa alternância vai até o fim. Se nas apresentações do trabalho analítico se ouve falar tão pouco em “construções”, isso se deve ao fato de que, em vez disso, fala-se em “interpretações” [*Deutungen*] e seus efeitos. Mas penso ser “construção” o termo infinitamente mais adequado. Interpretação se refere àquilo que fazemos com um único elemento do material, a exemplo de uma ocorrência [*Einfall*], um ato falho ou assemelhados. Mas falamos em construção quando apresentamos ao analisando um pedaço de sua história pregressa esquecida, da seguinte forma, por exemplo: até os seus *x* anos, você se considerava o dono único e irrestrito da sua mãe, até que chegou um segundo filho e, com ele, uma grande decepção. “Sua mãe abandonou você durante algum tempo, e também mais tarde não se dedicou exclusivamente a você. Seus sentimentos em relação à sua mãe tornaram-se ambivalentes, o pai passou a ter outra importância para você, etc.”

Neste artigo, a atenção se volta exclusivamente a esse trabalho preliminar das construções. E é aí que surge, em primeiro lugar, a pergunta: que garantias temos durante o nosso trabalho nas construções de que não seguiremos por caminhos errados, colocando em risco o sucesso do tratamento, caso defendamos uma construção incorreta? Pode parecer que essa pergunta nem permita uma resposta geral, mas, ainda antes de discutirmos a questão, ouçamos uma informação de consolo que nos traz a experiência analítica. Pois ela nos ensina que não provocará nenhum dano se alguma vez nos equivocarmos e apresentarmos ao paciente uma construção incorreta como sendo a verdade histórica provável. É evidente que isso significa que perderemos tempo e que aquele que sempre impor ao paciente certas combinações falsas não lhe causará boa

impressão e não chegará longe no tratamento, mas um único equívoco é inócuo. O que acontece nesse caso é muito mais que o paciente permanece como que intocado, não reagindo nem com um *sim* nem com um *não*. Isso possivelmente significará apenas um adiamento da reação; mas se a situação permanecer assim, podemos chegar à conclusão de que erramos e confessaremos isso ao paciente no momento adequado, sem prejuízo da nossa autoridade. Esse momento se dá quando surgir um novo material que possibilite uma construção melhor e, assim, a correção do erro. A construção errada acaba por ficar de lado, de forma que é como se nunca tivesse sido feita, e em alguns casos até se tem a impressão de que – usando as palavras de Polônio³ – se físgou a carpa da verdade justamente com a isca da mentira. O perigo de levar o paciente pelo mau caminho através da sugestão, “convenendo-o” de determinadas coisas em que nós próprios acreditamos, mas que ele não deveria aceitar, certamente tem sido exagerado além da medida. O analista teria se comportado de forma muito incorreta se um infortúnio desses lhe acontecesse; principalmente, ele teria de fazer a autocrítica, reconhecendo que não deu voz ao paciente. Posso afirmar, sem falsa modéstia, que esse mau uso da “sugestão” nunca aconteceu na minha atividade.

A partir do que dissemos acima, já se pode deduzir que não estamos nem um pouco inclinados a desprezar os sinais que depreendemos da reação do paciente diante da comunicação que lhe fazemos de uma de nossas construções. Trataremos desse ponto em detalhes. Está certo dizer que não damos a um “não” do analisando o crédito total, assim como tomamos como válido o seu “sim”; é absolutamente injustificado nos culparem por reinterpretarmos a sua manifestação, transformando-a, em todos os

casos, em uma confirmação. Na verdade, não é tão simples assim, não tomamos uma decisão com tanta facilidade.

O “sim” direto do analisando tem muitos significados. Ele pode, de fato, indicar que ele reconhece a construção ouvida como sendo correta, mas também pode ser desprovido de sentido ou mesmo o que podemos chamar de “falso”, na medida em que é confortável para a sua resistência continuar ocultando a verdade não revelada através dessa aquiescência. Esse “sim” só tem algum valor se for seguido de confirmações indiretas, se o paciente, logo depois do sim, produzir novas lembranças, que complementam e ampliam a construção. Só nesse caso reconheceremos o “sim” como a plena resolução do respectivo ponto.

O “não” do analisando é muito polissêmico e, na verdade, ainda menos utilizável que o seu “sim”. Em casos raros, ele se mostra como expressão de uma rejeição justificada; muito mais frequentemente ele é expressão de uma resistência, provocada pelo conteúdo da construção informada, mas que também pode se originar de outro fator da situação analítica complexa. O “não” do paciente, portanto, nada prova em relação à correção da construção, mas se coaduna muito bem com essa possibilidade. Uma vez que toda construção é incompleta e abarca apenas um pequeno fragmento do acontecimento esquecido, temos a liberdade de supor que o analisando, na verdade, não está renegando [*leugnet*] o que lhe foi comunicado, mas fundamenta sua oposição com base na parte ainda não revelada. Via de regra, ele só dará a sua concordância quando souber de toda a verdade, e esta muitas vezes é bastante ampla. Portanto, a única interpretação segura do seu “não” é aquela que aponta insegurança; que a construção certamente não lhe disse tudo.

Portanto, concluímos que, a partir das manifestações diretas do paciente após a comunicação da construção, teremos poucos pontos de apoio para saber se agimos de forma correta ou incorreta. Tanto mais interessante é saber que existem tipos indiretos de confirmação, que são absolutamente confiáveis. Um deles é uma expressão idiomática que se ouve com pequenas variações das mais variadas pessoas, como se fosse combinado: “Eu jamais pensei (ou: teria pensado) isso (nisso)”. Podemos traduzir essa manifestação tranquilamente por: “Sim, nesse caso, você acertou o inconsciente na mosca”. Infelizmente, ouvimos essa fórmula tão desejada pelo analista com maior frequência após interpretações isoladas, mais do que depois da comunicação de construções ampliadas. Uma confirmação de igual valor, dessa vez expressa de forma positiva, é quando o analisando responde com uma associação que contém algo semelhante ou análogo ao conteúdo da construção. Em vez de apresentar um exemplo tirado da análise, que seria fácil de achar, mas seria muito longo para demonstrar, quero narrar aqui uma pequena vivência extra-análise, que apresenta essa situação com uma ênfase quase cômica. Tratava-se de um colega que tinha – isso faz muito tempo – me escolhido como consultor em sua atividade médica. Certo dia, porém, ele me trouxe a sua jovem esposa, que estava lhe causando problemas. Ela se recusava a ter relações sexuais, usando todo tipo de pretextos, e ele, aparentemente, esperava de mim que eu esclarecesse a ela quais as consequências de seu comportamento inadequado. Eu concordei e expliquei a ela que a sua recusa provavelmente causaria distúrbios de saúde lamentáveis ou tentações no marido, que poderiam levar à destruição do seu casamento. Durante essa explicação, ele repentinamente me interrompeu, para dizer o seguinte: o

inglês em quem o senhor diagnosticou um tumor cerebral *também* já morreu. No início, a fala parecia incompreensível, o *também* na frase parecia enigmático, não havíamos falado de nenhum outro falecido. Poucos instantes depois, entendi. Aparentemente, o homem queria me apoiar, ele quis dizer: sim, certamente o senhor tem razão, o seu diagnóstico do paciente *também* acabou se confirmando. Era uma plena contrapartida das confirmações indiretas por associações que obtemos nas análises. Não quero negar aqui que na manifestação do colega também houve a participação de ideias rechaçadas por ele.

A confirmação indireta por meio das associações que combinam com o conteúdo das construções e que trazem consigo um “também” como aquele fornece ao nosso juízo alguns pontos de apoio para descobrir se essa construção se mostrará verdadeira na continuidade da análise. Especialmente impressionante também é o caso em que a confirmação se infiltra na oposição direta por meio de um ato falho. Um belo exemplo desse tipo foi publicado por mim anteriormente em outro local.⁴ Nos sonhos do paciente, repetidamente aparecia o nome *Jauner*, bem conhecido em Viena, sem que em suas associações houvesse qualquer esclarecimento a respeito. Então tentei a interpretação de que talvez ele quisesse dizer *Gauner* quando dizia *Jauner*, ao que o paciente prontamente respondeu: “mas isso me parece demasiado (g)ousado [*jewagt*]”.⁵ Ou então o paciente quer rechaçar a ideia a ele atribuída de que determinado pagamento tenha um valor alto demais para ele, usando as seguintes palavras: “dez dólares não significam nada para mim”, mas em vez de dólares usa a moeda menos valiosa, dizendo: “dez xelins”.

Quando a análise está sob a pressão de fortes fatores, que forcem a uma reação terapêutica negativa, como

consciência de culpa, necessidade masoquista de sofrimento, relutância contra a ajuda do analista, o comportamento do paciente após a comunicação da construção muitas vezes torna a decisão que buscávamos muito fácil. Se a construção estiver errada, nada muda no paciente; mas se ela estiver correta ou trazer uma aproximação da verdade, ele reagirá a ela com uma visível piora de seus sintomas e de seu estado geral.

Resumindo: constataremos que não merecemos a crítica de que desprezamos e colocamos de lado a posição do analisando em relação às nossas construções. Nós prestamos atenção nela e dela muitas vezes retiramos pontos de apoio valiosos. Mas essas reações do paciente geralmente têm múltiplos significados e não permitem uma decisão definitiva. Apenas a continuidade da análise poderá trazer a decisão sobre a correção ou a inutilidade da nossa construção. Entendemos a construção individual como nada mais que uma suposição, que aguarda a verificação, a comprovação ou o descarte. Não pleiteamos autoridade para ela, não exigimos do paciente nenhuma concordância imediata, não debatemos com ele quando ele inicialmente rebate. Em suma: comportamo-nos segundo o modelo de um conhecido personagem de Nestroy,⁶ o criado da casa, que tem uma única resposta pronta para todas as perguntas e intervenções: “ao longo dos acontecimentos, tudo será esclarecido”.

III

Mostrar aqui como isso se dá ao longo da continuação da análise, por que caminhos a nossa suposição se transforma em convicção para o paciente, não vale o esforço; isso é de conhecimento de todo analista a partir

da experiência diária e não é de difícil compreensão. Apenas um ponto nesse contexto merece um exame mais acurado, bem como esclarecimentos. O caminho que começa com a construção do analista deveria terminar com a recordação do paciente; nem sempre ele vai tão longe. Inúmeras vezes não conseguimos levar o paciente à recordação do recalado. Em vez disso, se executarmos a análise de forma correta, conseguimos que ele tenha uma convicção segura da verdade da construção, que, do ponto de vista terapêutico, tem o mesmo efeito que uma recordação recuperada. Sob que circunstâncias isso acontece e como é possível que uma substituição aparentemente incompleta tenha, mesmo assim, o efeito pleno será matéria para uma pesquisa futura.

Encerrarei esta pequena comunicação com algumas observações que abrirão uma nova perspectiva. Chamou-me a atenção, em algumas análises, que a comunicação de uma construção aparentemente correta produzia nos analisandos um fenômeno surpreendente e inicialmente incompreensível. Eles começavam a ter recordações vivas, chamadas por eles próprios de "ultranítidas" [*überdeutlich*], no entanto, eles não se lembravam do acontecimento em si que fora o conteúdo da construção, mas de detalhes próximos a esse conteúdo, por exemplo, do rosto das pessoas ali citadas com extrema nitidez, ou dos espaços em que algo semelhante poderia ter acontecido, ou ainda, um pouco mais adiante, dos objetos de decoração desses ambientes, dos quais, evidentemente, a construção não teria como ter conhecimento. Isso acontecia tanto em sonhos diretamente após a comunicação como também em vigília, em estados semelhantes a uma fantasia. A essas lembranças não se atrelava mais nada na sequência; então, parecia legítimo entendê-las como o resultado de

um acordo. A súbita vinda à tona [*Auftrieb*] do recalado, ativada pela comunicação da construção, tinha a intenção de levar aqueles importantes resquícios da lembrança à consciência; uma resistência conseguiu, se não refrear o movimento, pelo menos deslocá-lo para objetos secundários vizinhos.

Essas lembranças poderiam ter sido chamadas de alucinações, se à sua nitidez tivesse sido acrescida a crença em sua atualidade. Mas essa analogia ganhou importância quando atentei para a ocorrência ocasional de alucinações reais em outros casos, certamente não psicóticos. O raciocínio, então, continuou: talvez seja uma característica geral da alucinação, até então não considerada suficientemente, que nela retorna algo vivenciado nos primórdios e depois esquecido, algo que a criança viu ou ouviu numa época em que mal sabia falar, e que agora se insinua fortemente na consciência, provavelmente de modo deformado e deslocado devido às forças que se contrapõem a esse retorno. E se pensarmos na relação estreita entre a alucinação e determinadas formas de psicose, nosso raciocínio ainda pode ir além. Talvez as formações alucinatórias em que regularmente vemos inseridas essas alucinações não sejam, elas próprias, tão independentes assim da súbita vinda à tona do inconsciente e do retorno do recalado, como supomos até agora. Em geral, sublinhamos apenas dois fatores no mecanismo de uma formação alucinatória [*Wahnbildung*]: por um lado, o afastamento [*Abwendung*] do mundo real e seus motivos e, por outro lado, a influência da realização do desejo sobre o conteúdo do delírio. Mas será que o processo dinâmico não seria aquele em que o afastamento da realidade é aproveitado pela emergência do recalado para impor o seu conteúdo à consciência, sendo que as resistências ativadas nesse processo e a tendência à

realização do desejo se dividem na responsabilidade pela deformidade e pelo deslocamento do lembrado? Mas isso é também o conhecido mecanismo do sonho, que já uma antiquíssima suposição equiparava à loucura delirante.

Não creio que essa concepção de delírio seja totalmente nova, mas ela reforça um aspecto que normalmente não aparece em primeiro plano. Essencial aí é a afirmação de que a loucura não só tem método, como já reconheceu o poeta, mas também contém uma parte de *verdade histórica*,⁷ e nos é lícito supor que a crença obsessiva que a loucura encontra extrai a sua força justamente de tal fonte infantil. Para demonstrar essa teoria, hoje tenho apenas reminiscências à minha disposição, e não impressões recentes. Provavelmente valeria a pena tentar estudar casos patológicos correspondentes de acordo com os pressupostos aqui desenvolvidos e também estabelecer o tratamento segundo eles. Certamente abandonaríamos o esforço inútil de convencer o doente do erro de seu delírio, de sua contradição diante da realidade, encontrando antes e muito mais um fundamento comum no reconhecimento do cerne da verdade, a partir do qual se poderá desenvolver o trabalho terapêutico. Esse trabalho consistiria em libertar aquela parte de verdade histórica de suas deformações e ligações [*Anlehnungen*] com o presente real, reconduzindo aquela parte do passado à qual pertence. O deslocamento da pré-história esquecida para o presente ou para a expectativa do futuro é uma ocorrência regular, também no neurótico. Muitas vezes, quando um estado de angústia [*Angstzustand*] o deixa na expectativa de que algo terrível vai acontecer, ele apenas está sob a influência de uma recordação recalcada que quer chegar à consciência e que não pode se tornar consciente naquela época em que, de fato, algo assustador aconteceu. Quero dizer com isso que a partir de tais esforços com os psicóticos descobriremos

muita coisa valiosa, mesmo se o sucesso terapêutico não acontecer.

Sei que não é apropriado tratar de um tema tão importante de modo tão superficial como fizemos aqui. Segui o atrativo de uma analogia. As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição, que sob as condições da psicose, aliás, só poderão levar a substituir aquela parte de realidade que é renegada [*verleugnet*] no presente por uma outra parte, que nos primórdios também foi renegada. Revelar as relações íntimas entre a matéria da recusa [*Verleugnung*] atual e o antigo recalque será tarefa do exame individual. Assim como a nossa construção só tem efeito por trazer de volta uma parte da história de vida perdida, o delírio também deve o seu poder de convencimento à porção de verdade histórica que ele coloca no lugar da realidade rejeitada. Desse modo, o delírio também se submeteria à frase que no passado eu usei apenas para a histeria, dizendo que o doente sofria de suas reminiscências. Nem naquela época essa fórmula resumida tinha a intenção de negar a complexidade da causação da doença, excluindo o efeito de tantos outros fatores.

Se abarcarmos a humanidade como um todo e a colocarmos no lugar de cada indivíduo humano, verificaremos que ela também desenvolveu formações delirantes inacessíveis à crítica lógica e que contradizem a realidade. Se, mesmo assim, elas puderem expressar um extraordinário poder sobre as pessoas, a análise levará à mesma conclusão que no caso de cada indivíduo. Elas devem o seu poder ao teor de *verdade histórica* que foram buscar lá no recalque dos tempos primordiais esquecidos.

Konstruktionen in der Analyse (1937)

1937 Primeira publicação: *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, t. 23, p. 61-68

1950 *Gesammelte Werke*, t. XVI, p. 41-56

Dois dispositivos fundamentais se destacam na técnica psicanalítica, ao quebrar o silêncio do analista: as interpretações e as construções. Embora Freud tenha feito uso de construções em alguns casos clínicos publicados, notadamente no caso do Homem dos Lobos e no caso da jovem homossexual, é aqui que pela primeira vez ele tematiza de maneira sistemática a especificidade desse procedimento.

Nos últimos anos de sua atividade intelectual, Freud dedicou-se intensamente à elaboração de seu testamento clínico e teórico. A questão da transmissão da Psicanálise e de sua herança foi tratada sob diversos ângulos em textos tão diversos como o *Compêndio de psicanálise* ou *O homem Moisés e a religião monoteísta*. O presente ensaio pode ser visto, ao lado de “A análise finita e a infinita”, como uma contribuição técnica desse legado.

Embora seja difícil precisar com certeza a quem Freud se refere no início do artigo como autor da crítica segundo a qual o analista tem sempre razão, vários nomes, de uma ou de outra forma, poderiam esposar tal asserção. Uma hipótese bastante provável é que se trataria de Havelock Ellis. É o que afirma Joseph Wortis, que relata ter ouvido essa informação da boca do próprio Freud, durante uma sessão. Mais tarde, nomes como Ludwig Wittgenstein e Karl Popper elaborariam argumentos análogos ao de Ellis.

O presente artigo pode ser visto como uma resposta, em alguns casos antecipada, à ideia de que o analista tem sempre razão. Ao tomar essa crítica em consideração, Freud acrescenta que o analista não toma o “não” do paciente por seu valor nominal, assim como também não se contenta com o “sim” como critério de validade. Apenas o próprio curso do tratamento pode fornecer “confirmações indiretas”, que mostram ou não a correção da interpretação. O complexo estatuto da negação já tinha sido abordado no texto “A negação”, em 1925.

A célebre analogia entre o trabalho do arqueólogo e do psicanalista fornece o tropo argumentativo do texto.

Por outro lado, ao explicitar que o “trabalho” do analista não se limita à interpretação do recalcado, Freud oferece subsídios para a perspectiva de autores que se dedicaram ao atendimento de pacientes que apresentam sofrimento psíquico distinto do neurótico.

KOFMAN, S. *Un métier impossible: lecture de “Constructions en analyse”*, 1983
 WORTIS, J. *Fragments of an analysis with Freud*. New York: Simon and Schuster, 1954. • WITTEGENSTEIN, L. *Lectures & conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1997.

NOTAS

- ¹ Em várias outras notas assinalamos casos em que a língua alemã dispõe de uma palavra de origem germânica e de outra de origem grega ou latina para designar aparentes sinônimos. Nesses casos, a palavra germânica tende a expressar algo de forma mais direta e cotidiana, ao passo que os termos greco-latinos remetem a um registro mais culto da língua, apontando muitas vezes para certo nível de abstração. É exatamente esse o caso aqui. Enquanto a palavra *Bau* é usada para designar uma construção como uma casa ou um edifício, por exemplo, o termo latino *Konstruktion* aponta para uma construção no sentido metafórico, algo psíquica ou intelectualmente elaborado. (N.R.)
- ² Significa, literalmente, “Cara eu ganho, coroa você perde”, numa espécie de aposta ou jogo para ver quem sai vencedor. (N.T.)
- ³ Referência à personagem do *Hamlet* de Shakespeare, ato II, cena I. (N.R.)
- ⁴ Trata-se do capítulo V da *Psicopatologia da vida cotidiana*. (N.E.)
- ⁵ Há aqui um jogo de palavras de difícil tradução. Freud escuta sob o nome *Jauner* o substantivo *Gauner*, algo como “malandro”, “larápio”, “bandido”. Na fala vulgar de alguns dialetos alemães, é comum a troca do G pelo J. Portanto, Jauner e Gauner podem ser, eventualmente, homófonos. Na resposta em alemão, que tem a estrutura de um lapso, o colega de Freud responde que aquilo lhe parecia demasiado *jewagt*, quando o correto seria dizer *gewagt*, com G, significando “ousado”. Optamos por acrescentar um G também em português, sendo o mesmo G de *Gauner*, lembrando a palavra “gozado”, com a grafia incorreta “gousado”, sendo, portanto, uma variação incorreta de “ousado”. (N.T.)
- Johann Nepomuk Nestroy foi um conhecido autor austríaco de peças de *vaudeville*, bastante populares, que viveu de 1801 a 1862. Em suas comédias mirabolantes, costumava haver um triângulo amoroso, jogos de esconde-esconde para identificar o traidor e enredos assemelhados. Ao mesmo tempo, revelava mazelas sociais da época, em chave de comédia. (N.T.)
- O tema da “verdade histórica” foi tratado por Freud também em seu *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Freud trabalhava na terceira parte do longo ensaio sobre Moisés quando redigiu o presente artigo. (N.E.)

OBRAS INCOMPLETAS DE **SIGMUND FREUD**

Sigm. Freud

FUNDAMENTOS DA
CLÍNICA PSICANALÍTICA

1ª reimpressão

TRADUÇÃO
Claudia Dornbusch

autêntica